

Alberto Furuguem
(albertofuruguem@gmail.com)

1. TOMBINI: O BC BUSCA SOMENTE A META INFLACIONÁRIA

Em entrevista à jornalista Cláudia Safatle, no Valor Econômico desta segunda-feira, o Presidente do BC, Alexandre Tombini, afirma que a meta da instituição que dirige é uma só: a inflação. Acredita na convergência da inflação para o centro de meta em 2012 (4,5%). Se isso for verdade e se a inflação apresentar um comportamento menos favorável do que o projetado pelo BC, nos próximos meses, seria o caso de se esperar nova reviravolta na trajetória dos juros básicos? É uma pergunta que fica no ar, por enquanto, principalmente porque a opinião do Ministro da Fazenda parece ter cada vez maior peso nas decisões da política econômica (ver comentário a seguir).

2. MANTEGA: O HOMEM FORTE DE DILMA

Em longo artigo no Valor Econômico desta segunda-feira, o jornalista Cristiano Romero afirma que o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, “chegou ao topo” sendo o único membro da equipe autorizado a falar em nome da Presidente Dilma. Não é para se duvidar, a julgar pelas declarações da Presidente (desde os primeiros dias de sua gestão) em temas econômicos (como “a guerra cambial”, no plano internacional) e pela própria surpreendente decisão do COPOM de reduzir a taxa básica de juro em sua última reunião. É conhecida a visão do Ministro Mantega sobre a taxa de juro, desde o primeiro Governo Lula. Mas acabava por prevalecer a visão de Henrique Meirelles, então Presidente do BC. O que se pode constatar, agora, é que a “escola de pensamento econômico” (se pudermos utilizar esse tipo de rótulo) de Dilma (que é economista de formação e estudou na UFMG e na UNICAMP) não é a mesma que predomina na PUC-Rio (Armínio Fraga, Gustavo Franco), ou na FGV-Rio (Gustavo Loyola). Em suma, a convergência de pensamento entre Mantega e Dilma contribui para o fortalecimento do Ministro da Fazenda. Acontece, ainda, que no Governo Dilma procura-se um maior equilíbrio entre as políticas monetária e a fiscal. Então, em tese, seria possível uma combinação de juros menores e maior controle dos gastos públicos para se obter um mesmo resultado para o controle da inflação. Mas isso é para ser conferido no futuro.

3. E O DÓLAR?

A julgar pela evolução da taxa de câmbio nos últimos dias, parece razoável acreditar que o valor do real já tenha passado pelo pico de maior valorização, ou que o dólar tenha passado pela cotação mínima.

Até agora, esse comportamento do preço da moeda estrangeira pode estar mais agradando ao Governo e aos exportadores do que preocupando. Difícil é saber até que ponto uma desvalorização do real poderá atrapalhar no controle da inflação. Na prática, esse novo comportamento da taxa de câmbio poderá até ajudar a justificar uma taxa mais elevada para a inflação. Ajudaria a justificar uma convergência mais lenta da inflação para o centro da meta, se é que o sistema é mesmo para ser preservado. A conferir.

4. O PACOTE DE OBAMA

O programa proposto por Obama para estimular a economia é de bom tamanho (US\$ 447 bilhões) e, se aprovado, deverá produzir impacto relevante no processo de recuperação da economia americana. Se o programa for aprovado com rapidez, como conclamou no Congresso, o Presidente dos Estados Unidos, será uma boa surpresa. O mais provável, entretanto, diante dos interesses políticos ligados às eleições presidenciais do próximo ano, é que o trâmite da proposta de Obama no Legislativo siga um caminho tortuoso, como aconteceu com a questão relativa à ampliação do limite para a dívida pública. Neste caso, a confiança dos consumidores e das empresas poderá ficar ainda mais abalada, contribuindo para dificultar (ao invés de ajudar), no processo de recuperação da maior economia do Planeta. Vamos acompanhar.

Brasil - Indicadores Seleccionados

Ítems	2007	2008	2009	2010	2011 projeção	2012 projeção
1. População (Milhões de habitantes) (1)	185,7	187,6	189,0	191,1	192,8	194,5
2. PIB (US\$ bilhões) (PPP)	1834,0	1860,0	1900	2000,0	2090,0	2170,0
3. PIB per capita (dólares) (PPP) (1)	9876	9915	10050	10460	10840,0	11160,0
4. PIB (R\$ bilhões - a preços correntes)	2661	3032	3185	3675	3980,0	4400,0
5. PIB (US\$ bilhões - a preços correntes)	1310	1491	1420	2050,0	2350,0	2450,0
6. PIB - Crescimento (% a.a.)	6,1	5,2	-0,6	7,5	3,6	3,8
- Indústria	5,3	4,1	-6,4	10,1	2,7	3,5
- Agropecuária	4,8	6,1	-4,6	6,5	3,6	4,1
- Serviços	6,1	4,9	2,2	5,4	3,9	4,0
7. Inflação (% a.a.) (preços ao consumidor) (IPCA)	4,5	5,9	4,3	5,9	6,5	5,5
8. Inflação (% a. a. - IGPM)	7,7	9,8	-1,7	11,3	5,8	5,2
9. Taxa média de desemprego (%)	9,3	8,1	8,1	6,5	6,0	6,2
10. Taxa Nominal de juros (SELIC % a.a.)	11,25	13,75	8,75	10,75	11,50	11,00
11. Taxa real de juros (% a.a.)	8,1	7,2	4,5	4,0	4,5	5,0
12. Taxa de Investimento	17,4	19,1	16,9	18,4	19,0	19,0
13. Exportações (US\$ bilhões)	160,6	197,9	153,0	201,9	255,0	263,0
14. Importações (US\$ bilhões)	120,6	173,2	127,6	181,6	232,0	250,0
15. Balança comercial (US\$ bilhões)	40,0	24,7	25,4	20,2	23,0	13,0
16. Saldo em conta-corrente (US\$ bilhões)	3,6	-28,3	-24,3	-47,5	-58,0	-68,0
17. Saldo em conta-corrente/PIB (%)	0,3	-1,8	-1,6	-2,3	-2,5	-2,8
18. Investimentos Externos (US\$ bilhões)	34,6	45,1	25,9	48,5	55,0	50,0
19. Reservas Cambiais (US\$ bilhões)	180,3	206,8	239,0	288,6	365,0	365,0
20. Dívida externa total líquida (US\$ bilhões)	-11,9	-27,7	-61,2	-50,0	-60,0	-58,0
21. Dívida externa total líquida/exportações	0,0	-0,1	-0,4	-0,3	-0,4	-0,3
22. Taxa de Câmbio final de período (R\$/US\$)	1,78	2,35	1,74	1,67	1,70	1,75
23. Taxa de Câmbio Real/Dólar (variação %)	-16,8	32,0	-26,0	-4,0	1,8	2,9
24. Déficit Público Nominal (% PIB)	2,3	2,0	3,3	2,6	2,7	2,5
Governo Federal	...	0,9	3,4	1,3
Governos Estaduais e Municipais	...	1,2	-0,1	1,3
Empresas Estatais	...	-0,1	...	0,0
25. Dívida Pública Líquida (US\$ bilhões)	674,6	490,9	773,2	883,7	910,0	950,0
26. Dívida Pública Líquida/PIB (%)	43,9	38,8	43,0	40,4	39,5	38,5
27. Dívida Pública Líquida (R\$ bilhões)	1150,4	1153,6	1345,3	1475,8	1595,0	1710,0
28. Carga Tributária (% do PIB)	34,5	34,9	34,3	35,0	35,0	35,0
29. Juros/PIB (%) (**)	6,3	5,6	5,4	5,4	5,5	5,3
30. Supermercados - Vendas Reais (%)	5,9	9,0	5,5	4,3	4,0	4,0

Fonte dos dados observados: IBGE, Banco Central, FGV, BNDES, IPEA; SECEX e ABRAS.

(1) Estimativa sujeita a alteração

(*) Calculado pelo Banco Mundial, utilizando o critério de Paridade de Poder de Compra (PPP) .

(**) Juros nominais